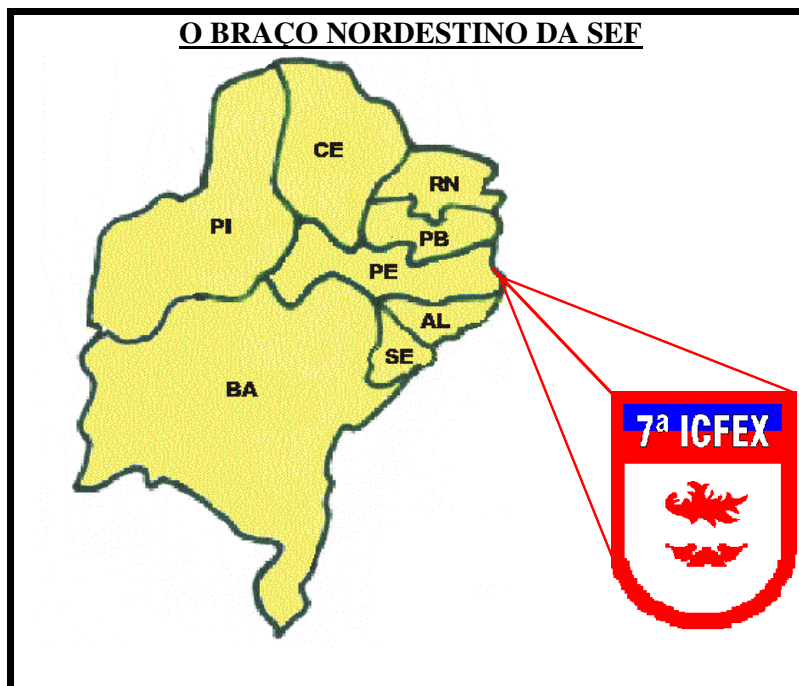




**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 02  
(27 DE FEVEREIRO DE 2009)**

**FALE COM A 7ª ICFeX**

**Correio Eletrônico:** [7icfex@eb.mil.br](mailto:7icfex@eb.mil.br)  
[7icfex-chsecaptec@eb.mil.br](mailto:7icfex-chsecaptec@eb.mil.br)  
**Página Internet:** <http://www.7icfex.eb.mil.br>  
**Telefones:** Fixo – (0 XX 81) 3423-7500  
RITEX – 870-7180



# Í N D I C E

A S S U N T O	PÁGINA
<b>1ª PARTE – CONFORMIDADE CONTÁBIL</b>	
<b>REGISTRO DA CONFORMIDADE CONTÁBIL MENSAL – DEZEMBRO/2008</b>	2
<b>2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS</b>	
<b>1. TOMADAS DE CONTAS ANUAL</b>	2
a. <u>Regulares</u>	2
b. <u>Irregulares</u>	2
<b>2. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL</b>	2
<b>3ª PARTE – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS</b>	
<b>1. MODIFICAÇÃO DE ROTINAS DE TRABALHO</b>	2
a. <u>Execução Orçamentária</u>	2
- Situação Orçamentária da Ação 2000 do PAA (MSG SIAFI 2009/0210192, de 17 fev 09-DGO)	2
b. <u>Execução Financeira</u>	3
c. <u>Execução Contábil</u>	3
1) Contas Contábeis	3
2) Patrimônio	3
3) Custos	3
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	4
e. <u>Pessoal</u>	4
f. <u>Controle Interno</u>	4
g. <u>Visita de Auditoria</u>	4
h. <u>Convênios</u>	4
<b>2. RECOMENDAÇÕES SOBRE PRAZOS</b>	4
<b>3. SOLUÇÕES DE CONSULTAS</b>	5
- <u>Complemento de saldo</u>	5
<b>4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG</b>	5
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	5
b. <u>Orientações</u>	6
- Liquidação de Restos a Pagar (NOVA ROTINA)	6
c. <u>Mensagens Expedidas</u>	6
<b>4ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS</b>	
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	6
2. Informações do tipo “Você Sabia ...?”	7
- ANEXO “A” – Pedido de Informações e Consultas – “Ofício Modelo”	9
- ANEXO “B” – Parecer nº 200/CONJUR-MD/ Pagamento de Diárias ou de Ajuda de Custos	10
- ANEXO “C” – Quadro de Perfis por Função	15



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

## **1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL**

### **Registro da Conformidade Contábil Mensal – “JANEIRO/2008”**

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **JANEIRO/2008**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

## **2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS**

### **1. Tomadas de Contas Anual**

#### **a. Regulares**

- Nada a considerar

#### **b. Irregulares**

- Nada a considerar

### **2. Tomadas de Contas Especial**

- Nada a considerar

## **3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**

### **1. Modificação de Rotina de Trabalho**

#### **a. Execução Orçamentária**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA D AÇÃO 2000 DO PAA — Transcrição**

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a seguinte mensagem SIAFI:

**MSG SIAFI nº 2009/0210192, de 17/fev/09, SGS/DGO**

**DO:** DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

**AOS:** SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA DE 2009, É OPORTUNO ESCLARECER AOS SRS OD QUE O BLOQUEIO DE CRÉDITO DETERMINADO PARA TODO O GOVERNO FEDERAL TRARÁ FORTES REFLEXOS PARA A AÇÃO 2000 DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO.

2. NESTA DATA, APENAS 3/16 AVOS DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ENCONTRAM-SE LIBERADOS PARA APLICAÇÃO, TENDO EM VISTA A INDEFINIÇÃO DO VALOR A SER DISPONIBILIZADO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009.

3. DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, ESTA DIRETORIA ENFATIZA A NECESSIDADE REDOBRADA DE ATENÇÃO DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO COM A ECONOMICIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS, PARTICULARMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AO CONTROLE DE GASTOS COM CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS.

4. A DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, ATE O MOMENTO, VISUALIZA MANTER OS TETOS MENSAIS DE GASTOS COM CONCESSIONÁRIAS E DE MATERIAL DE CONSUMO(NOS VALORES DE DEZEMBRO DE 2008) DURANTE O EXERCÍCIO DE 2009, CASO AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NÃO SE AGRAVEM.

BRASILIA, DF, 17 DE FEVEREIRO DE 2009.

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO  
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**b. Execução Financeira**

- Nada a considerar

**c. Execução Contábil**

- Nada a considerar

**2) Patrimônio**

- Nada a considerar

**3) Custos**

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

- **Julgados e normas do TCU de maior interesse para as UG publicados em janeiro de 2009**

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 28.01.2009, S. 1, p. 78. Ementa: determinação ao ... para que, em licitações, parcele o objeto sempre que esse procedimento gere melhor aproveitamento das ofertas disponíveis no mercado e amplie a competitividade, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993 e também do Enunciado de Súmula/TCU nº 247 (item 1.6.1, TC-026.892/2008-6, Acórdão nº 6/2009- Plenário).

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 28.01.2009, S. 1, p. 79. Ementa: determinação à ... para que, nas licitações na modalidade convite, obtenha pelo menos três propostas válidas para que o certame possa continuar, a menos que existam justificativas devidamente fundamentadas em sentido contrário, as quais devem ser formalizadas nos autos do processo licitatório correspondente (item 9.3, TC-007.222/2007-8, Acórdão nº 16/2009-Plenário).

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 28.01.2009, S. 1, p. 82. Ementa: determinação à ... para que, em licitações do tipo técnica e preço, faça constar no instrumento convocatório as justificativas para adoção de valor mínimo para fins de classificação da proposta técnica, bem como de pesos diferenciados para as propostas técnica e preço (item 9.3, TC-030.906/2008-0, Acórdão nº 29/2009-Plenário).

e. Pessoal

- Nada a considerar

f. Controle Interno

- Nada a considerar

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

**2. Recomendações sobre Prazos**

- Nada a considerar

### 3. Soluções de Consultas

#### a. Complemento de soldo

UG de Origem	Documento de Resposta
1ª ICFEx	Of Nº 014-Asse Jur-09 (A1/SEF) e Of Nº 016-Asse Jur-09 (A1/SEF), todos datados de 09 jan 09.
<b>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</b>	
- Submetendo defesa elaborada em processo administrativo em que o autor se irresigna quanto à exclusão do complemento de soldo.	
<b>ONDE ENCONTRAR:</b>	
- <a href="http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficio/quadrof2008.htm">http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficio/quadrof2008.htm</a>	

### 4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

#### a. Legislação e Atos Normativos

<b>A S S U N T O</b>	<b>Onde Encontrar</b>	<b>Observações</b>
- <b>Portaria nº 022-SEF, de 7 de novembro de 2008.</b> Altera o § 3º, do art. 16 das Normas para a Administração das Receitas Geradas pelas Unidades Gestoras, aprovada pela Portaria nº 017-SEF, de 25 de outubro de 2006.	<b>BE 47/2008</b>	Tomar conhecimento
- <b>Decreto nº 6.690, de 11 de dezembro de 2008</b> - institui, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências.	<b>D.O.U. de 12 Dez 08</b>	Tomar conhecimento
- <b>Portaria nº 10-SLTI-MPOG, de 22 de dezembro de 2008</b> – atualiza os valores para contratação e repactuação de serviços de limpeza e conservação.	<b>D.O.U. de 23 Dez 08</b>	Tomar conhecimento
- <b>Portaria/TCU nº 96, de 26.01.2009</b> – atualiza para R\$ 34.825,94, relativamente ao exercício de 2009, o valor máximo da multa a que se refere o art. 58, “caput”, da Lei nº 8.443, de 16.07.1992, e revoga a Portaria/TCU nº 17, de 21.01.2008 (DOU de 24.01.2008, S. 1, p. 86), quanto à possibilidade de o Tribunal de Contas da União aplicar multa aos responsáveis por: a) contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 19 daquela lei; b) ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; c) ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário; d) não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal; e) obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas; f) sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo TCU; g) reincidência no descumprimento de determinação daquela Corte de Contas.	<b>DOU de 28.01.2009, S. 1, p. 74</b>	Tomar conhecimento

**b. Orientações****1) Liquidação de Restos a Pagar (NOVA ROTINA)**

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a seguinte mensagem SIAFI:

**MENSAGEM SIAFI nº 2009/0131144, de 27/JAN/09, da SEF.**

**DO CHEFE DA SECAO FINANCEIRA/DCONT**

**AOS SRS ORDENADORES DE DESPESA**

A FIM DE AGILIZAR A ANALISE E O CONSEQUENTE SUB-REPASSE DE LIMITES DE PAGAMENTO DAS DESPESAS LIQUIDADAS REFERENTES A RP, ESTA SETORIAL CONTABIL ORIENTA QUE TODAS AS UG'S DEVERAO AO LIQUIDAR ESSAS DESPESAS, A PARTIR DESTA DATA, INFORMAR NO CAMPO "OBSERVACAO" DA NOTA DE LANÇAMENTO DE SISTEMA (NS) O PLANO INTERNO (PI) E O CONT/STN" PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO (PTRES) CONSTANTE DA NOTA DE EMPENHO.

BRASILIA, DF, 27 DE JANEIRO DE 2009

IVANIO JORGE FIALHO - CEL INT  
CHEFE DA SECAO FINANCEIRA DA DCONT

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**c. Mensagens Expedidas**

<b>MENSAGEM</b>	<b>EXPEDIDOR</b>	<b>ASSUNTO</b>
SIAFI 2009/0131144	D Cont	Nova rotina para Liquidação de Restos a Pagar
SIAFI 2009/0153298	7ª ICFEx	Envio de Mensagem SIAFI para a D Cont
SIAFI 2009/0153615	7ª ICFEx	Manual de Suprimento de Fundos da CGU
SIAFI 2009/0158297	7ª ICFEx	Despesas com OCS/PSA
SIAFI 2009/0158338	7ª ICFEx	Diárias – Pagamento a Militares/Civil
SIAFI 2009/0159532	7ª ICFEx	Devolução de Despesas de Exercícios Anteriores
SIAFI 2009/0163049	7ª ICFEx	Manual de Suprimento de Fundos da CGU
SIAFI 2009/0173108	7ª ICFEx	SISCUSTOS – Funcionamento em 2009
SIAFI 2009/0173237	7ª ICFEx	Recolhimento de Numerário para a D Cont
SIAFI 2009/0178064	7ª ICFEx	Crédito para Despesas com Concessionárias
SIAFI 2009/0178107	7ª ICFEx	DIRF 2009 – Envio para a Receita Federal
SIAFI 2009/0182520	7ª ICFEx	Nova Tabela do Imposto de Renda
SIAFI 2009/0182990	7ª ICFEx	Devolução de Numerário para o Fundo do Exército
SIAFI 2009/0183285	7ª ICFEx	Envio de Contratos/Aditivos para a DGO
SIAFI 2009/0183412	7ª ICFEx	Estorno de Despesas de Suprimento de Fundos via CPGF
SIAFI 2009/0184314	7ª ICFEx	TCA 2008 – Restos a Pagar
SIAFI 2009/0184441	7ª ICFEx	DIRF 2009 – Envio para a Receita Federal

## 4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

### 1. ANIVERSÁRIO DE OM

Esta Chefia e todos os integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional aos Ordenadores de Despesas (OD) e integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão nos meses de **fevereiro e março** de 2009:

<b>2ª Cia Gd</b>	<b>Recife - PE</b>	06 Fev
<b>17º G A C</b>	<b>Natal - RN</b>	17 Fev
<b>4º B P E</b>	<b>Recife - PE</b>	18 Fev
<b>H Ge S</b>	<b>Salvador - BA</b>	18 Fev
<b>Cmdo 7ª RM/DE</b>	<b>Recife - PE</b>	23 Fev
<b>28º B C</b>	<b>Aracaju - SE</b>	28 Fev
<b>16º B I Mtz</b>	<b>Natal - RN</b>	28 Fev
<b>59º B I Mtz</b>	<b>Maceió - AL</b>	28 Fev
<b>71º BIMtz</b>	<b>Garanhuns - PE</b>	11 Mar

### 2. Informações do tipo “Você sabia ...?”

a. Que não deverão ser encaminhadas cópias de Declarações de Bens e Rendas para a ICFEx, devendo as mesmas serem arquivadas em arquivo próprio, devidamente organizadas, recebendo o grau de sigilo “Confidencial”, conforme nº 6, do Anexo C, ao BINFO nº 02/2006 (Desconsiderar o contido no nº III, do Art. 12, da IG 20-16).

b. Que a Seção de Pessoal deverá declarar a compatibilidade das declarações de bens e rendas dos agentes, arquivadas na UG, anualmente, e enviar à ICFEx, via ofício, após o prazo de entrega das declarações à Receita Federal, até 30 Jun, (observar o modelo do anexo 3, do BINFOR nº 11/2003) e no final do exercício financeiro, para fins de TCA (incisos VI e VII, do Art. 12, da IG 20-16).

c. Que os questionamentos (consultas/orientações) encaminhados a esta ICFEx, deverão seguir a Portaria 004-SEF, de 06 Nov 02, que regula a forma que devem ser realizadas as consultas e pedidos de informações à SEF, onde é previsto, por exemplo, a apresentação de caso concreto, indicação da legislação aplicável, a argumentação pertinente e o parecer do OD?

d. Que no Anexo “A” ao presente BINFO, contém um ofício modelo elaborado à luz da citada portaria, que deverá ser utilizado para formulação das referidas consultas?

e. Que no “**parecer do OD**”, que consta no referido ofício, a referida autoridade competente manifesta-se favorável ou desfavoravelmente com relação ao direito que está sendo pleiteado e não quanto à possibilidade de encaminhamento da consulta a esta Inspeção?



f. Que antes de encaminhar a consulta a esta ICFEx, o OD deverá consultar a intranet da SEF, em <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios.htm>, verificando se o objeto daquele questionamento já foi alvo de estudos pela SEF, de tal sorte que seu entendimento se encontre pacificado no âmbito da Força Terrestre?

g. Que a MSG SIAFI 2008/1470211, de 15/12/08, da SEF, trata da atualização das normas para a prestação de contas dos recursos utilizados pelas unidades gestoras do Exército Brasileiro, aprovadas pela Portaria nº 009- SEF, de 13 Dez 1999?

h. Que o Registro da Conformidade de Gestão é de responsabilidade de servidor, formalmente designado pelo titular da Unidade Gestora Executora, (OD, Cmt, Dir e Ch), o qual constara no Rol de Responsáveis, juntamente com o respectivo substituto, não podendo ter função de emitir documentos? - Exceção feita no **Parágrafo Único** do Art. 8º da IN da STN nº 06, de 31 out 07, que versa o seguinte: – Será admitida exceção ao registro de conformidade de que trata o caput deste Art., quando a Unidade Gestora Executora se encontrar, **justificadamente** impossibilitada de designar servidores distintos para exercer tais funções, sendo que nesse caso, a Conformidade de Gestão será registrada pelo próprio Ordenador de Despesas?

i. Que a Conformidade dos Registros de Gestão deverá ser registrada em **até 3 dias úteis** a contar da data do registro da operação no SIAFI, sendo que o sábado contará como 1 dia caso o SIAFI funcione neste dia?

j. Que as Normas Para Prestação de Contas dos Recursos Utilizados pelas Unidades Gestoras do Exército Brasileiro, aprovadas pela Portaria nº 009-SEF, de 13 Dez 1999, estão sendo atualizadas pela SEF?

l. Que os relatórios gerados pelo SISCOFIS (RMA/RMB) deverão ser apreciados na reunião de prestação de contas mensal, nos moldes do que preconiza o Art.15, da Portaria 009-SEF, de 13 de dezembro de 1999, ocasião em que serão compatibilizados com os respectivos saldos contábeis gerados pelo SIAFI?

m. Que os relatórios em comento, uma vez aprovados pelo OD, serão arquivados na Fiscalização Administrativa, ou Seção equivalentes, conforme item 4.18.2 do Roteiro para a Execução da Conformidade dos Registros de Gestão, e constarão de seu verso as observações que se fizerem necessárias?

---

**RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel**  
**Chefe da 7ª ICFEx**

## ANEXO “A”



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)

Of nº 002 – S/1-SPP

**Recife - PE, 08 de janeiro de 2008.**

**Do** Ordenador de Despesas do 154º Batalhão de Infantaria Motorizado.

**Ao** Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército.

**Assunto:** pagamento de adicional de habilitação

**Ref:** - Port. nº 004-SEF, de 06 Nov 02

**Anexo:** Cópias de documentos comprobatórios se necessários.

1. Versa o presente expediente sobre pagamento de adicional de habilitação.
  - a. Matéria-Objeto da Consulta:
  - b. Descrição do objeto da consulta (dados do militar, histórico do fato):
  - c. Legislação aplicável:
  - d. Argumentação:
  - e. Parecer do Ordenador de Despesas: **Obrigatório.**
2. Considerações finais
3. Solicito-vos, ratificação ou retificação do entendimento deste (OD, Cmt, Chefe ou Dir), emitido na presente consulta.

Quartel em \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
**Ordenador de Despesas**

**ANEXO “B”****PARECER nº 200/CONJUR-MD  
DECISÃO ACERCA DO PAGAMENTO  
DE DIÁRIAS OU DE AJUDA DE CUSTOS**

Senhor Chefe de Gabinete,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Parecer nº 200/CONJUR-MD, de 25 de setembro de 2008, que trata da opção do pagamento entre ajuda de custo ou diárias, para conhecimento e uniformização da tese, conforme Despacho Decisório nº 002, do Sr. Ministro de Estado da Defesa, de 12 de janeiro de 2009.

Atenciosamente,

**FERNANDO BAUER**

Diretor

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

*Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa*

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. CONSULTA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE TESE. REGIME JURÍDICO DA DIÁRIA E DA AJUDA DE CUSTO. DISTINÇÕES. DESLOCAMENTO MAIS EFÊMERO NA PRIMEIRA, ENQUANTO A AJUDA DE CUSTO EXIGE UMA PERMANÊNCIA MAIOR. MENS LEGIS. CASOS DE DUPLA INCIDÊNCIA. VEDAÇÃO DE CUMULATIVIDADE. APLICA-SE O DIREITO REMUNERATÓRIO DE MENOR VALOR. ART. 19 DO DECRETO Nº 4.307/2002

**(Processo MD — nº. 60583.001297/2007-23)**

**PARECER Nº 200 / CONJUR-MD/2008**

**I - RELATÓRIO:**

1. Trata-se de Despacho do Sr. Diretor de Departamento de Administração Interna (pág. 47), solicitando manifestação uniformizadora de tese desta Consultoria Jurídica.
2. O objeto dessa solicitação diz respeito, em última análise, à definição dos casos em que é devida a ajuda de custo ou a diária.
3. Acompanhando o referido Despacho estão, entre outros documentos, a Nota Técnica nº 03/DIRHU/ COPAG-MD (pág. 01) e o Memorando s/n (pág. 09), este último contendo solicitação referente a caso concreto.
4. Dando prosseguimento ao trâmite procedimental, expediu-se os Memorandos nº 138, 139 e 140, solicitando, respectivamente, as manifestações jurídicas das Consultorias Jurídicas-Adjuntas do Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
5. A COJAMAR e a COJAER responderam aos Memorandos, conforme podemos verificar pelos Ofícios de fls. 57 e 71, a COJAEX, por sua vez, até a presente data não nos enviou resposta.
6. É o relatório. Passamos à manifestação.

## II — ANÁLISE:

7. Trata-se de consulta feita pelo Sr. Diretor de Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa a esta CONJUR/MD, cujo objeto é a definição dos casos em que é devida a ajuda de custo ou as diárias.

8. Primeiramente, cumpre salientar, por oportuno, que a presente manifestação jurídica será em tese, abstratamente, não fazendo referência a nenhum caso concreto.

9. O regramento jurídico do referido tema encontra-se, precipuamente, na Medida Provisória nº. 2.215-10/2001 e no Decreto nº. 4.307/2002. O artigo 2º dessa MP declara:

*"Art. 2º Além da remuneração prevista no art. 1º desta Medida Provisória, os militares tem os seguintes direitos remuneratórios:*

*I - observadas as definições do art. 3º desta Medida Provisória:*

*a) diária;*

*(...)*

*c) ajuda de custo; (...)*

*Parágrafo único. Os valores referentes aos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes das tabelas do Anexo IV."*

10. Visto isso, pela simples análise literal do dispositivo acima transcrito, podemos concluir que tanto a diária como a ajuda de custo se inserem no rol dos direitos remuneratórios dos militares.

11. O parágrafo único do artigo 2º, por sua vez, dispõe que os valores desses direitos remuneratórios são estabelecidos em legislação específica ou no anexo IV da MP nº. 2.215-10/2001.

12. O artigo 3º da MP nº. 2.215-10/2001 trouxe a definição legal da diária e da ajuda de custo. No inciso IX, declara ser diária *"o direito pecuniário devido ao militar **que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório**, para outro ponto do território nacional, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana"*. Já no inciso XI define-se **ajuda de custo** como sendo o *"direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede e por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento."*

13. Essa é a redação do artigo 3º da MP nº. 2.215-10/2001:

*"Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como:*

*(...)*

*IX - **diária** - direito pecuniário devido ao militar **que se afastar de sua sede, em serviço de caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional**, destinado a cobrir as correspondentes despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme regulamentação;*

*(...)*

*XI - **ajuda de custo** - direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, conforme regulamentação:*

*a) para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede; e*

*b) por ocasião de transferência para a inatividade remunerada, conforme dispuser o regulamento; "*

14. Por sua vez, o Decreto nº. 4.307/2002 detalha com maior especificidade o tratamento jurídico da diária e da ajuda de custo, declarando, entre outras coisas, que os referidos direitos remuneratórios não devem ser percebidos de forma simultânea, devendo, no caso de dupla incidência, ser concedido o direito pecuniário de menor valor. São esses os termos dos dispositivos infralegais concernentes ao tema em questão:

### *"Da Diária*

*Art. 18. A diária é devida ao militar, por dia de afastamento, nos seguintes valores e situações:*

*I - pelo valor integral:*

- a) quando ocorrer o **pernoite fora de sua sede**, independentemente do período de afastamento; e*
- b) se não for fornecido alojamento em OM ou concedida, sem ônus para o militar, outra pousada pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por instituições públicas ou privadas;*

*II - pela metade do valor:*

- a) **quando o afastamento não exigir pernoite fora de sua sede;***
- b) quando for fornecido alojamento em OM ou concedida, sem ônus para o militar, outra pousada pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por instituições públicas ou privadas; e*
- c) no dia do retorno à sua sede.*

*Parágrafo único. Nas hipóteses previstas na alínea "b" do inciso I e na alínea "b" do inciso II deste artigo, o militar deverá indenizar a alimentação, pelo valor da etapa da localidade para a qual se tenha afastado, caso seja fornecida por OM.*

**Art. 19. Não serão concedidas diárias nas seguintes situações:**

*I - quando a alimentação, a pousada e a locomoção urbana forem garantidas pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por instituições públicas ou privadas, **nem quando o afastamento for inferior a oito horas consecutivas;***

***II - cumulativamente com a ajuda de custo; e***

*III - cumulativamente com a gratificação de representação, devida com base no parágrafo único do art. 14 deste Decreto.*

***Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, será devido ao militar o direito pecuniário de menor valor.***

*(...)*

**Da Ajuda de Custo**

*Art. 55. A **ajuda de custo**, paga adiantadamente, é devida ao militar:*

*I - para custeio das despesas de locomoção e instalação, exceto as de transporte, **nas movimentações com mudança de sede;** ou II – por ocasião de transferência para a inatividade remunerada.*

*Parágrafo único. Fará jus à ajuda de custo, de que trata o inciso I deste artigo, também, o militar deslocado com a OM que tenha sido transferida de sede, desde que, com isso, seja obrigado a mudar de residência.*

15. Exposto todo o regramento jurídico do tema em debate, já é possível extrair algumas conclusões. Conforme visto acima, um dos requisitos da diária consiste no **“afastamento da sede para desempenho de serviço em caráter eventual ou transitório”**. Por outro lado, é requisito da ajuda de custo que exista **“movimentações com mudança de sede**.

16. Não obstante a falta de clareza da lei, pode-se concluir que a diária é devida nos casos em que o deslocamento se dê de forma efêmera e com o afastamento mais tênue de sua sede, ao contrário daqueles casos em que a movimentações ocorrer com um grau de permanência maior, quando será devida ajuda de custo.

17. Em outras palavras, cabe diária quando houver mero afastamento de sede, situação essa mais transitória. Por outro lado, cabe ajuda de custo quando houver mudança de sede, independentemente do desligamento da Organização.

18. Diante do subjetivismo que norteia as definições dos referidos direitos remuneratórios, a tabela I do anexo IV da NIP 2.215-10/2001 trouxe alguns parâmetros objetivos para destacar a distinção entre eles.

19. Do exame da referida tabela infere-se que há circunstâncias em que incontestavelmente caberá ou a diária ou a ajuda de custo, mas em outras haverá uma dubiedade a respeito do direito remuneratório a incidir.

20. Imunes de dúvidas, as circunstâncias fáticas incontroversas não merecem maiores considerações, justamente por não serem alvos de aplicação desigual no seio das Forças Armadas e assim não demandarem uniformização de tese.

21. Apenas a título de exemplo, destaca-se que a movimentação **com desligamento de Organização Militar (OM) e mudança de sede** faz nascer para o militar o direito a ajuda de custo, no montante de duas vezes o valor de sua remuneração, conforme expressa o item *a* tabela I do anexo IV da MP 2.215-10/2001. Quanto ao tema, não recai maiores dúvidas.

22. Da mesma forma, é possível afirmar que caberá a diária quando o afastamento de sede não ultrapassar quinze dias, isso porque a MP 2.215-10/2001 somente reconhece como situação geradora da ajuda de custo as movimentações superiores a 15 (quinze) dias e inferiores a 6 (seis) meses.

23. Entretanto, há ainda situações fáticas que lançam dúvidas acerca do direito remuneratório a incidir, demandando um exame mais detido de legislação pertinente a fim de extrair a sua *mens legis*.

24. A controvérsia se assenta justamente nos casos de comissões superiores a 15 (quinze) dias **sem desligamento da Organização Militar**, uma vez que podem ser interpretadas tanto como afastamentos temporários do militar para tratar de missão transitória (fato gerador da diária) como movimentações para fora de sede (fato gerador da ajuda de custo, segundo itens *b* e *c* tabela I do anexo IV da MP 2.215-10/2001). Aqui, em tese, caberia tanto diária quanto ajuda de custo.

25. Como solução para tal imbróglcio, veda o artigo 19 do Decreto nº. 4.307/2002 a acumulação dessas duas espécies remuneratórias, determinando no caso a concessão do direito pecuniário de menor valor.

26. Visto isso, cabe afirmarmos que a determinação das hipóteses em que será cabível ajuda de custo ou diária deve ser feita caso a caso, fazendo-se a distinção entre as hipóteses em que ocorra mero afastamento da sede com caráter transitório, daqueles outros em que a movimentação exige mudança de sede, de caráter permanente, usando ainda como parâmetro os prazos previstos na Tabela I do anexo IV da MP nº. 2.215-10/2001.

27. Já nas hipóteses em que o caso concreto se subsumir tanto na norma definidora da ajuda de custo quanto na definidora da diária – tal como ocorre nos casos de comissões superiores a 15 (quinze) dias sem desligamento de OM – deverá ser aplicada a solução contida no artigo 19 do Decreto nº. 4.307/2002, que prevê a incidência do direito remuneratório de menor valor.

### III — CONCLUSÃO:

28. Por todo o exposto, em resposta ao Despacho do Diretor do Departamento de Administração Interna, entende esta Consultoria Jurídica que a sistemática jurídica dos casos de aplicabilidade da ajuda de custo ou diária pode ser assim sintetizada:

a) na movimentação **com desligamento de Organização Militar (OM) e mudança de sede** cabe ao militar o direito à ajuda de custo;

b) no afastamento até 15 (quinze) dias é cabível o pagamento de diárias;

c) na movimentação para comissão superior a 15 (quinze) dias, sem desligamento de Organização Militar, cabe, em tese, tanto diárias como ajuda de custo, oportunidade na qual deverá ser aplicado o direito remuneratório de menor valor, conforme solução preconizada no artigo 19, parágrafo único, do

**Decreto nº 4.307/2002.**

Brasília, 25 de setembro de 2008.

**BRUNO CORREIA CARDOSO**

*Advogado da União*

*Coordenador-Geral de Atividades*

*Jurídicas Descentralizadas*

**DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO:**

1. Aprovo o Parecer n° 200 /CONJUR-MD/2008.
2. Ao Sr. Diretor de Departamento de Administração Interna, para conhecer entendimento jurídico professado por esta CONJUR/MD acerca do cabimento dos direitos remuneratórios ajuda de custo e diária.
3. Após, solicito o retorno dos autos a fim de submetê-lo a elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, haja vista a falta de uniformidade no tratamento da matéria no seio das Forças Armadas.

Brasília, 25 de setembro de 2008.

**CLESO JOSE FONSECA FILHO**  
*Consultor Jurídico*

**DESPACHO DECISÓRIO N° 002 /MD, DE 12 DE JANEIRO DE 2009.**

**PROCESSO MD N° 60583.001297/2007-23**

**INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL.**

**ASSUNTO: Opção pelo pagamento entre ajuda de custo ou diária.**

**DECISÃO**

Aprovo a orientação exarada pela Consultoria Jurídica, nos termos do preconizado Parecer n° 200/CONJUR-MD/2008, para efeito de uniformização de tese e vinculação dos Comandos Militares.

**NELSON A. JOBIM**  
*Ministro de Estado da Defesa*

## ANEXO “C” - QUADRO DE PERFIS POR FUNÇÃO

Os perfis abaixo são os permitidos por função para que o operador possa desempenhar suas tarefas, atendendo o princípio da segregação de funções.

[illegible]